

ATIVIDADE: IMPLANTAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS (DOCAS, MURALHAS DE CAIS, ATRACADOUROS).

LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI); E

LICENÇA AMBIENTAL INTEGRADA (LAI).

Documentos preferencialmente no formato PDF. Limite de 20Mb por arquivo.

1 – Requerimento

Formulário a ser preenchido eletronicamente no Portal de Licenciamento do Inea.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) ou Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento do Inea.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

11 – Planta de localização

Em escala compatível com o porte do empreendimento, no mínimo de 1:25.000, contendo os seguintes elementos, assinalados num raio de 500m:

- a) Direção norte;
- b) Coordenadas UTM, Datum SIRGAS2000; e
- c) Localização do terreno em relação ao logradouro, indicando vias de acesso (caso o terreno se situe à margem de estrada ou rodovia, indicar o sentido e o quilômetro).

12 – Formulário de Cadastro

Formulário de Cadastro de Obras Diversas simplificado (Form. 05) preenchido e assinado pelo representante legal.

13 – Aforamento ou Inscrição de Ocupação na Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para as instalações em terra

Quando em terrenos e/ou acrescidos de marinha.

14 – Cessão de uso do espelho d'água em área contígua a porção em terra.

15 – Nada a Opor da Capitania dos Portos e Cadastro de Marina.

16 – Memorial descritivo do empreendimento

Deverá contemplar:

- a) Finalidade e justificativa (uso público, coletivo ou particular);
- b) Taxa de Ocupação (TO);
- c) Área Total Edificada (ATE);
- d) Área do espelho d'água a ser ocupada;
- e) Descrição das estruturas (cais, píeres e fingers), dimensionando: comprimento, largura, distância entre estacas, espaçamento entre fingers e píeres e disposição dos canais de circulação;

- f) Disposição das embarcações nas vagas molhadas;
- g) Dimensionamento das áreas destinadas aos diferentes usos previstos;
- h) Volume de material a ser dragado, quando necessário, informando o local de disposição desse material;
- i) Estimativa da demanda de água e fonte de abastecimento; e
- j) Esquema viário projetado.

17 – Planta de situação do empreendimento

Em escala compatível com o quadro de escalas mínimas estabelecido no item 8.4.1 da NOP-INEA-10, indicando os seguintes elementos, assinalados num raio de 500m:

- a) Direção norte;
- b) Topografia existente e projetada;
- c) Corpos d'água;
- d) Cobertura vegetal;
- e) Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente definidas na legislação;
- f) Sistema viário projetado;
- g) Projeção das edificações e das diversas áreas destinadas aos diferentes usos previstos;
- h) Delimitação das Áreas de Preservação Permanente; e
- i) Delimitação da área correspondente a terrenos de marinha e seus acrescidos.

18 – Descrição do local onde será implantado o empreendimento

Deverá contemplar informações sobre:

- a) Topografia;
- b) Cobertura vegetal;
- c) Corpos d'água;
- d) Sistema viário;
- e) Edificações existentes;
- f) Usos implantados;
- g) Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanentes definidas na legislação; e
- h) Vias de acesso (para fins de vistorias).

19 – Plantas de todas as instalações, sistema viário, canais de acesso, enrocamentos e aterros, píeres e fingers

Em escala compatível com o quadro de escalas mínimas.

20 – Planta do levantamento batimétrico da área

Deverá destacar as curvas de nível, no mínimo de um em um metro.

21 – Projeto da dragagem (se for o caso)

Conforme Resolução CONAMA nº 454, de 01.11.2012.

22 – Projeto do sistema de abastecimento de água

Deverá contemplar:

- a) Demanda de consumo (durante e após as obras);
- b) DPA - Declaração do órgão competente sobre a Possibilidade de Abastecimento, se houver abastecimento público;
- c) Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, se o sistema de abastecimento for particular; e
- d) Projeto do sistema de captação e adução, caso necessário.

23 – Projeto do sistema de coleta, tratamento e destinação final de efluentes líquidos (sanitários e oleosos).

24 – Projeto do sistema de drenagem pluvial.

25 – Estudo Ambiental (EIA/RIMA, RAS, outros)

Dependendo do porte, da localização e do potencial de impacto ambiental do empreendimento, poderá ser solicitado algum tipo de estudo ambiental, em complementação aos documentos apresentados, que deverá ser desenvolvido de acordo com Instrução Técnica específica, elaborada por grupo de trabalho e fornecido após vistoria técnica na área.

No Portal do Licenciamento (portallicenciamento.inea.rj.gov.br) estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações, basta clicar na aba “Área do requerente”.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.